



MEMÓRIAS
EM UM CLIQUE.

2ª EDIÇÃO
NOVEMBRO/2022



APRESENTAÇÃO

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

Presidente

Desembargador Eleitoral André Oliveira da Silva Guimarães

Vice-Presidente

Desembargador Eleitoral Humberto Costa Vasconcelos Júnior

Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco

Diretora

Desembargadora Eleitoral Mariana Vargas Cunha de Oliveira Lima

Vice-Diretor

Desembargador Eleitoral Leonardo Gonçalves Maia

Coordenador

Eduardo Sérgio Japiassú Correia Lima

Chefe de Assistência de Editoração e Memória

Télia Gaspar

Servidores

Bruno Vitorino Silva Aguiar

Eduardo Sérgio Japiassú Correia Lima

Gilcikely Buarque Silva Almeida

Giovanna de Aguiar Dalla-Riva

Henrique de Araújo Lima Pereira

Hugo Lustosa Belfort do Nascimento

Maison de Figueiredo Ferreira

Maria Tereza de Cravo Barros Della Santa

Télia Gaspar

Estagiários

Alex Ulisses Raimundo

Helena Gomes da Silva

Jayne Damascena dos Anjos

Maria Carolina Alves de Oliveira

Produção Textual

Bruno Vitorino Silva Aguiar

Giovana Rodrigues Alves

Maria de Fátima Dias

Mariana Vargas Cunha de Oliveira Lima

Télia Gaspar

Editoração

Coordenação administrativa

Télia Gaspar

Revisão

Bruno Vitorino Silva Aguiar

Télia Gaspar

Unidade responsável pela organização

Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco - EJE PE

Assistência de Editoração e Memória - ASEM

Produção editorial, diagramação, capa e projeto gráfico

Alex Ulisses Raimundo

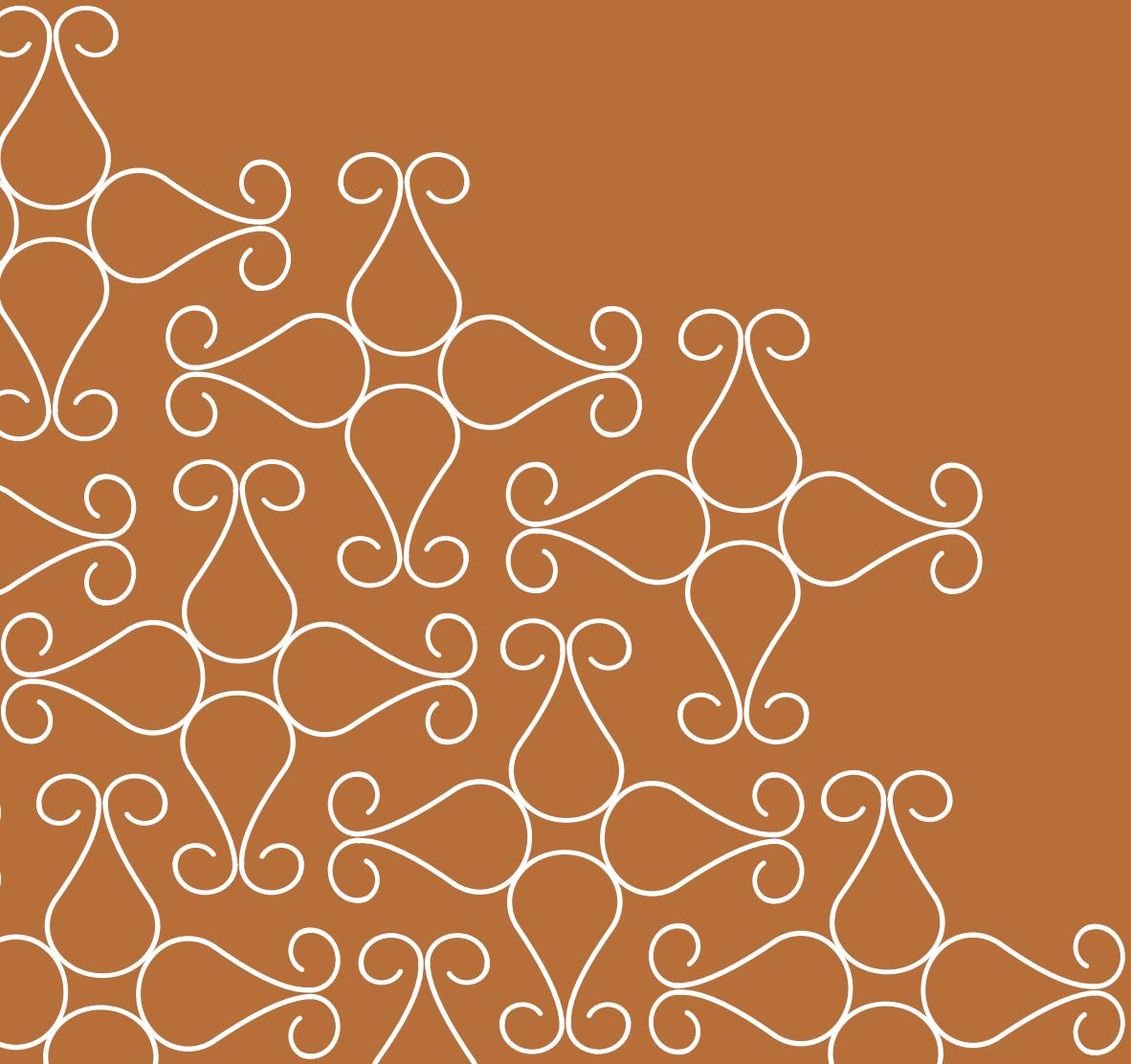
Supervisão de projeto gráfico e diagramação

Hugo Lustosa Belfort do Nascimento

Av. Rui Barbosa, 320 - Graças, Recife - PE, 52011-040

Telefone: (81) 3194-9444

E-mail: eje@tre-pe.jus.br



1

6 - 7
PALAVRA DA DIRETORA DA EJE

2

8 - 9
PALAVRA DA ASEM

3

10 - 11
SEMANA DOS MUSEUS

4

12 - 15
O SOLAR DO MANGUINHO: INTERLIGANDO
O PASSADO E O PRESENTE DE UM ÍCONE NA
ARQUITETURA RECIFENSE

5

18 - 45
NOTAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE UM PATRIMÔNIO
(DES)PROTEGIDO: O CASO DO SOLAR DO MANGUINHO

Índice

PALAVRAS DA DIRETORA

MARIANA VARGAS CUNHA DE OLIVEIRA LIMA*

Nos últimos dias 2 e 30 de outubro, brasileiras e brasileiros dirigiram-se às urnas eletrônicas para escolher seus representantes. Foram as Eleições Gerais, que ocorreram num 2022 marcado pelo simbolismo histórico: o bicentenário da independência do Brasil e os 90 anos da Justiça Eleitoral e do Voto Feminino. E é justamente na esteira de comemorações das nove décadas da instauração da justiça especializada que a Escola Judiciária Eleitoral do TRE-PE lança a segunda edição da revista “Memórias em Um Clique”, uma produção editorial do Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Pernambuco Desembargador Luiz Cavalcanti Lacerda de Almeida (CEMEL).

Braço museológico do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, o CEMEL dedica-se à difusão da memória institucional e do processo eleitoral brasileiro e, através da exposição permanente “Caminhos da Democracia: Uma História da Justiça Eleitoral de Pernambuco”, convida as visitantes e os visitantes a percorrerem e compreenderem o longo e tortuoso caminho do direito ao voto no Brasil,

bem como a entenderem a história e a importância da instituição responsável por assegurar eleições livres e justas no país: a Justiça Eleitoral.

Visitas mediadas ao nosso Espaço Memória e outras atividades pedagógicas articuladas à exposição são ações educativas realizadas pelo CEMEL, com foco especialmente no público jovem, formado por estudantes das redes pública e particular de ensino.

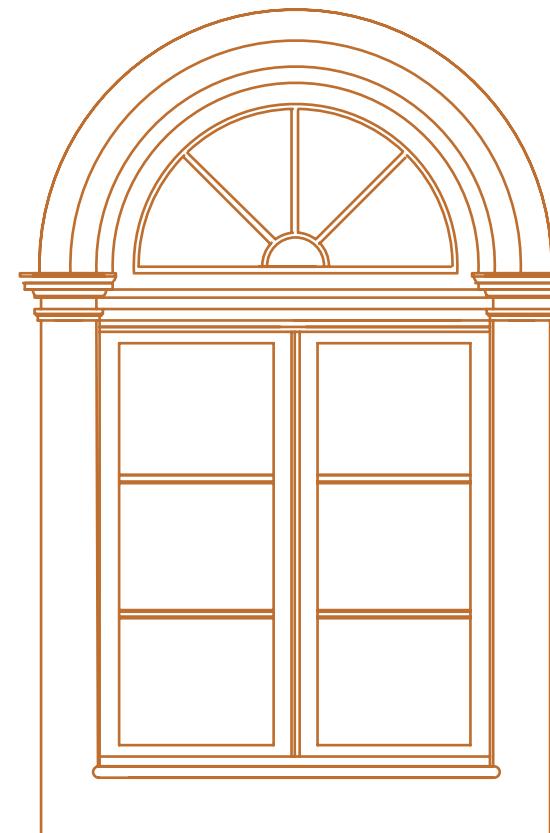
Nesta edição da revista é possível acompanhar um pouco da atuação da equipe do CEMEL no dia a dia e também da integração de nosso espaço museal na programação da “Semana dos Museus”, evento nacional organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

A revista traz, ainda, dois textos sobre um dos exemplares mais icônicos da arquitetura recifense: o Solar do Manguinho, a antiga residência dos Tavares da Silva, na Praça do Entroncamento, cuja construção remonta ao século 19. Destacando a arquitetura do casarão, os estudos lançam luz sobre

aspectos transversais à edificação, que hoje pertence ao TRE-PE.

A EJE-TRE/PE espera que, ao folhear a revista, a leitora ou o leitor sinta-se parte integrante de mais essa ação educativa, de forma que esta publicação atue como novo ponto de articulação entre a Justiça Eleitoral pernambucana e a sociedade, busca permanente do CEMEL, enquanto instância museal guardiã da memória coletiva do voto e do TRE-PE.

Boa Leitura.



*Desembargadora Eleitoral e Diretora da Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco

PALAVRAS DA ASEM

TÉLIA GASPAR *

Parece que foi ontem a primeira edição da revista *Memórias em Um Clique*, que nasceu sob o signo da necessidade da reinvenção, pois precisávamos manter e divulgar nossas referências, quando tudo estava suspenso pela pandemia.

Este ano, a Justiça Eleitoral está fazendo 90 anos e, em comemoração, lançamos a segunda edição da nossa Revista, apresentando às pessoas o Solar do Manguinho, construção que integra o patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, objeto da dissertação de mestrado do servidor Bruno Aguiar na Universidade do Porto, em Portugal, e decidimos brindar os leitores com essa história que tanto nos empolga.

Com essa publicação, esperamos que o sentimento de pertencimento se apodere de você, e que a clareza de que esse patrimônio pertence a todas as pessoas, e não a um grupo seletivo apenas, fique evidenciado, pois quanto mais nos apropriarmos da nossa cultura, da nossa cidade, dos nossos espaços históricos, das nossas tradições que são passadas pelos nossos ancestrais, mais teremos possibilidade de compreender que isso faz parte de nossas vidas, ajudando-nos a criar um vínculo não apenas afetivo, mas também de atenção e de cuidado, preparando o terreno que iremos deixar

para as nossas filhas e filhos e para todas as pessoas que vierem depois de nós.

E, lembre-se, os 90 Anos da Justiça Eleitoral fazem com que não esqueçamos de como esta é uma justiça presente e atuante na vida de cada pessoa que nasce em solo brasileiro, apesar de lembrada por ocasião da realização da festa da democracia, que são as eleições, mas que trabalha diária e incansavelmente para que os direitos garantidos pela Constituição sejam exercidos por cada cidadã e cidadão em todos os cantos do país, indistintamente, fazendo o seu papel de forma íntegra e dedicada.

Desejamos uma boa leitura de capa a capa, deixando claro que não só a revista, mas que o próprio Tribunal está aberto para você, pois esse espaço é nosso.

* Chefe da Assistência de Editoração e Memória- ASEM

SEMANA DOS MUSEUS

GIOVANA RODRIGUES ALVES *

A Semana Nacional de Museus é uma das ações da Política Nacional de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, construída em conjunto com o setor de museus brasileiros, que tem como objetivo mobilizar essas instituições em todo o país para a elaboração de atividades em torno de um mesmo tema, com o fim maior de dar visibilidade e chamar a atenção das pessoas para a importância dos espaços museológicos, fazendo a ligação entre assuntos do momento presente com essa comemoração. A temática anual do evento é proposta e escolhida pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) para o Dia Internacional dos Museus, celebrado no dia 18 de maio e estendida ao longo da semana.



Figuras 1 e 2. Visita mediada por Giovana Rodrigues, dos alunos da Escola Senador Novaes Filho, ao Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Pernambuco durante a Semana dos Museus. Fotos: Alex Ulisses. Recife, 20 de maio de 2022.

Dentre os objetivos da realização da Semana Nacional dos Museus, estão: promover, divulgar e valorizar os museus brasileiros; democratizar o acesso aos museus; aumentar o público visitante e intensificar a relação dos museus com a sociedade.

Em suas atividades, os museus convidam profissionais e a comunidade para criar, participar e compartilhar ações voltadas para o debate e a educação museal, fortalecendo o reconhecimento e a visibilidade dos museus.

Nesse sentido, ciente do seu compromisso em aproximar a sociedade da Justiça Eleitoral, a cada edição o CEMEL participa da Semana dos Museus, desenvolvendo ações socioeducativas que fortaleçam o debate sobre o processo eleitoral e o exercício da cidadania.

Esse ano, a vigésima Semana Nacional de Museus trouxe o tema “O Poder dos Museus”, que é o de proteger a memória de um povo, mantendo espaços seguros de salvaguarda e difusão de seu patrimônio cultural (material e imaterial), e da sua história.

Assim, as ações de pesquisa, preservação, educação e a promoção de eventos pedagógico-culturais são instrumentos desse poder que, além de fomentarem a articulação do museu com a comunidade envolvente, viabilizando o cumprimento da função social da História: compreender os diferentes processos e sujeitos históricos, as relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços, a partir da leitura do passado, possibilitando que o sujeito da história se localize no seu tempo.

É dessa forma, na possibilidade de se conhecer e conhecer o outro através da História, que os museus refletem sobre o presente, partindo do conhecimento do passado, a fim de projetar um futuro que celebre a memória de diferentes grupos, tornando-o mais democrático e inclusivo.



Figura 3. Visita dos alunos da Escola Senador Novaes Filho à sala de tratamento técnico dos documentos primários da Justiça Eleitoral de Pernambuco, durante a Semana dos Museus. Foto: Têlia Gaspar . Recife, 20 de maio de 2022.

* Licencianda em História pela Universidade Federal de Pernambuco, e ex-estagiária da EJE Pernambuco.

O SOLAR DO MANGUINHO: INTERLIGANDO O PASSADO E O PRESENTE DE UM ÍCONE NA ARQUITETURA RECIFENSE.

MARIA DE FÁTIMA DIAS *

"O passado não volta. Importantes são a continuidade e o perfeito conhecimento de sua história." - Lina Bo Bardi

A Arquitetura sempre andou de mãos dadas com a História. São irmãos inseparáveis, companheiras de jornada, amigas que se respeitam e se guardam. Quando olhamos pela primeira vez o Solar do Manguinho, construído na década de 1840, ficamos encantados. A Seção de Arquitetura do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco – SEARQ, nunca duvidou se tratar de um valioso exemplar da arquitetura recifense, muito semelhante às obras de um dos mais valiosos projetistas do Recife, o francês Louis-Léger Vauthier!

*Servidora da Seção de Arquitetura do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.



Imponente, o edifício Solar do Manguinho surge no entroncamento das avenidas Rosa e Silva e Rui Barbosa com a solidez das obras neoclássicas, incrivelmente semelhante ao Teatro Santa Isabel. Sua platibanda tem uma saliência pequena, num desenho firme do frontão que surge grandioso, fazendo o conjunto ser poético e austero ao mesmo tempo. O balcão frontal é convidativo, e encabeça o átrio formado por três arcadas simétricas e perfeitas. As fachadas seguem o modelo neoclássico: uso de formas geométricas, colunas e pórticos, num desenho onde as linhas horizontais ganham força. Internamente seus ambientes são amplos, e a escada helicoidal em madeira é uma obra de arte que se ergue no centro da edificação. O edifício hoje abriga usos institucionais da Justiça Eleitoral de Pernambuco, e algumas reformas internas foram executadas, no decorrer dos anos, para suportar esta nova função. A necessidade de banheiros acessíveis, climatização de ambientes e iluminação artificial, dentre outras pequenas intervenções imprescindíveis, fizeram com que a seção de arquitetura trabalhasse no local, procurando projetar de forma harmônica e sem prejuízo à identidade deste maravilhoso exemplar da arquitetura neoclássica recifense.

Figura 1. Fachada principal do Solar do Manguinho. Seção de Arquitetura do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.



Figuras 2 e 3. Aspectos da escada helicoidal do Solar do Manguinho. Fotos: Alex Ulisses. Recife, 11 de Maio de 2022.

Os desafios não foram pequenos. Em 2019 foi realizado um levantamento minucioso da edificação, com desenhos e detalhamentos dos adornos e elementos de fachada, além de mapas de danos para programação de ações no edifício. Já em 2020 tivemos um maravilhoso sopro de vigor e entusiasmo do historiador e servidor deste tribunal, Bruno Vitorino Silva Aguiar.

No final deste ano ele defendeu a sua tese de mestrado com o título “O Solar do Manguinho: uma arquitetura classicista nos arrabaldes do Recife do século XIX”, onde expõe que “o prédio congrega a vanguarda do classicismo da École Polytechnique de Paris” e dentre vários estudos e pesquisas históricas, com achados inéditos inclusive, verificou a grande possibilidade da obra ser de autoria de Vauthier.

O seu primoroso estudo fez com que o edifício voltasse a ser o centro do espetáculo, impulsionando o interesse das instâncias superiores do tribunal, e conseguindo sensibilizar seus dirigentes sobre a importância desta edificação no patrimônio da Justiça Eleitoral.

A SEARQ, em parceria com a Seção de Manutenção do TRE, vem desenvolvendo ações para valorização do edifício, com programação de restauros e adequações do espaço utilizado. Em 2021 foi elaborado um significativo estudo de fachada, com o paralelo entre o passado e o momento atual, intitulado “O Presente do Passado”, salientando a importância da preservação de nossa história através do espaço projetado do casarão.

Ainda neste ano, visando a sensibilização e conhecimento do público externo que transita a pé pela calçada da Avenida Rui Barbosa, foi inaugurada a placa informativa com dados históricos da edificação, bem como dos principais elementos de fachada, trabalho esse em parceria com o já mencionado Bruno Aguiar.

Nesta ocasião foi executada a iluminação preliminar da fachada principal para valorização de seus maravilhosos detalhes. Também foi executado um planejamento paisagístico do entorno, com elaboração de jardins e canteiros, visando isolar a obra e minimizar a interferência do estacionamento existente em suas fachadas.

Numa segunda etapa foi contratado o projeto luminotécnico das fachadas, executado pela arquiteta e cenógrafa Séphora Silva, com o intuito de dar maior visibilidade da obra pelos recifenses que trafegam na avenida Rui Barbosa e passam despercebidos por esse exemplar da arquitetura pernambucana. A Seção de Arquitetura da Justiça Eleitoral de Pernambuco tem se empenhado em seu papel no planejamento urbano bem como no resgate da história dos edifícios sob sua atribuição funcional. A equipe da SEARQ continuará preservando o Casarão do Manguinho com novos estudos e intervenções, para que as gerações futuras também possam se encantar com a sua exuberante beleza.

Equipe SEARQ: Márcia Guerra, Erich Lima, Fernanda Mello, Márcia Aguiar e Maria de Fátima Dias. Colaboradores: Eduarda Barros, Mirelly Moura e Lucas Gomes.



NOTAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE UM PATRIMÔNIO (DES)PROTEGIDO: O CASO DO SOLAR DO MANGUINHO

BRUNO VITORINO SILVA AGUIAR *

Resumo: O Recife da primeira metade do Oitocentos é marcado por frêmitos modernizadores decorrentes do recrudescimento econômico, do aumento populacional e da necessidade de melhoramentos materiais em sua infraestrutura. Tais transformações alteram-lhe o espaço urbano e repercutem, inclusivamente, nas formas e modos de habitar das elites locais. Neste contexto de modificação urbana balizada por um sentido de progresso emanado de Paris é construído o Solar do Manguinho, erigido entre 1841 e 1844 no Manguinho, zona arrabaldeira, ao gosto neoclassicista sob a traça, ao que indicam as fontes, do engenheiro francês Louis-Léger Vauthier por encomenda do capitalista Herculano Alves da Silva. Uma arquitetura notável sobrevivente da especulação imobiliária arrasadora da memória urbana recifense, atualmente protegida pela municipalidade por seu valor patrimonial e convertida em prédio público. Neste *paper*, promovemos o enquadramento histórico do edifício e reconstituímos à luz de fontes primárias seu percurso histórico enquanto patrimônio (des)protegido.

Palavras-chave: estudos do patrimônio; história da arquitetura; urbanismo; Recife.



*Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e mestre em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual pela Universidade do Porto (U.Porto). Servidor do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), está lotado na Escola Judiciária Eleitoral e coordena o Grupo de Trabalho Solar do Manguinho, instaurado com vistas à revitalização e à conservação dessa casa solarenga, hoje em dia pertencente ao TRE-PE. É doutorando em Estudos do Patrimônio – História da Arte na U.Porto.

1. Enquadramento histórico do Solar do Manguinho

O século XIX é para o Recife um tempo de transformações. Após estender-se ao longo de três séculos do istmo ao continente, a cidade chega ao Oitocentos vicejando pela força do comércio² e pressionada pelo aumento demográfico. Por seu turno, a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808 e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas no mesmo ano representa um ponto de viragem e um evento catalisador de relevantes mudanças no país. Por conseguinte, a abertura do país ao comércio internacional pós-Revolução Industrial põe Pernambuco, e mais particularmente o Recife, cuja vocação portuária encontrava-se mais do que consolidada, em contato com o mundo. Economicamente, a cidade firma-se como grande centro exportador de açúcar e algodão, beneficiada pelo aumento do valor desses produtos no mercado internacional e pela maior proximidade de seu porto com a Europa e os Estados Unidos, numa comparação com os de Rio de Janeiro e Salvador³. Em sentido inverso, afirma-se também como polo importador de manufaturas para um vasto mercado regional⁴, haja vista sua área de influência no nordeste brasileiro.

1 GAMA, *VARIÉDADE. Os aumentos do Recife, Carta do Dr. Fagundes a seu compadre matuto*. O Carapuceiro. Periodico Moral, e só per accidens político., n.º 59, 22 de outubro de 1842: 3.

2 SETTE, 2018: 57.

3 SOUSA, 2000: 21.

4 *Ibidem*.

*Stamos mui adiantados
Felizmente os Brasileiros,
Graças ao nosso commercio
Còs senhores estrangeiros¹*

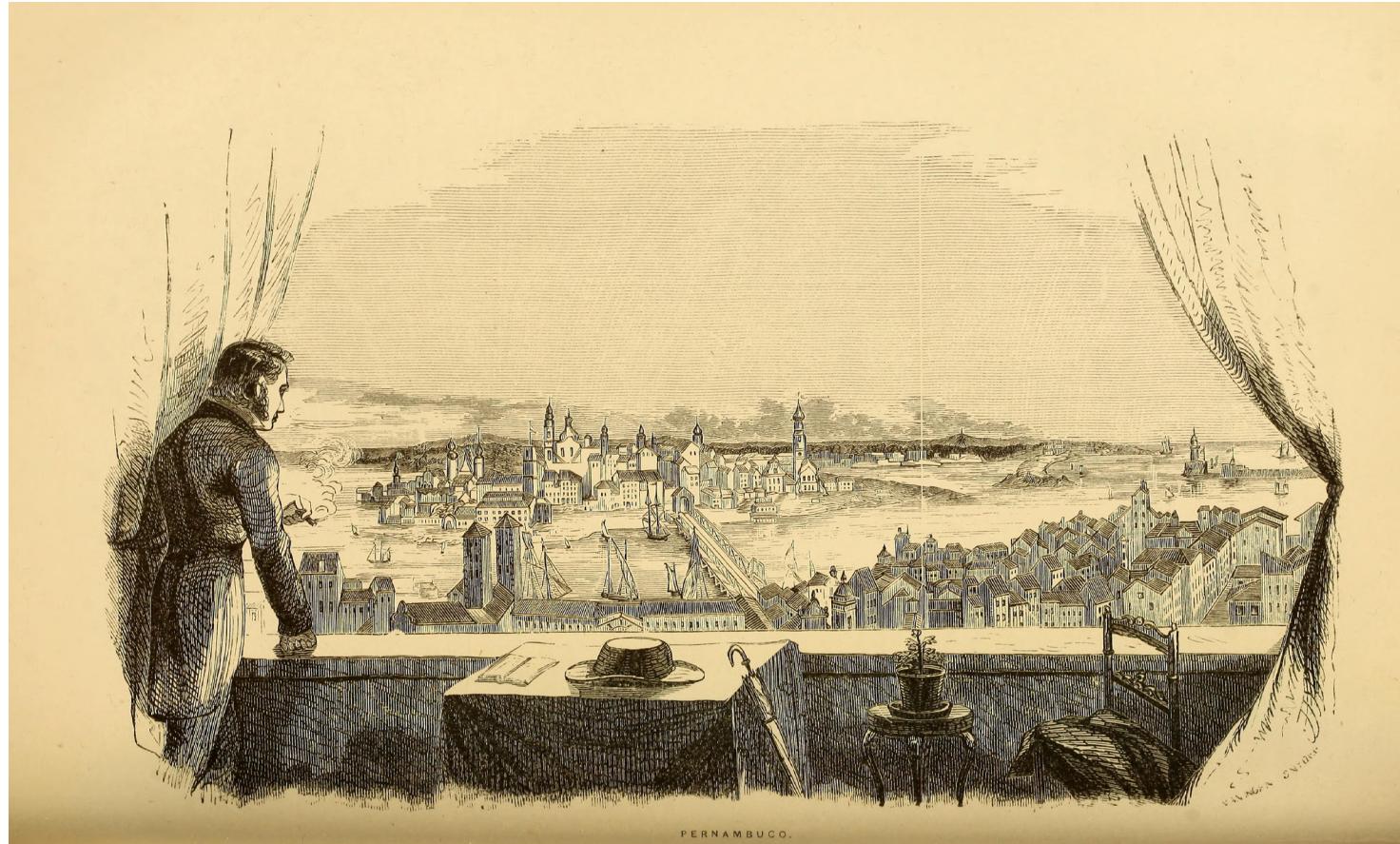


Figura 1. Gravura “Pernambuco”, destacando a profusão desordenada de sobrados no bairro do Recife à direita e a disputa entre a arquitetura civil e a religiosa pelo domínio da paisagem em Santo Antônio, do outro lado do rio. Ao fundo, o continente. Data: [c. 1838]. Fonte: KIDDER, Daniel P., FLETCHER, James C. (1866) – *Brazil and the Brazilians portrayed in historical and descriptive sketches. Sixth Edition. Boston: Little, Brown, and Company, pág. s/n* [anterior à 513]. Disponível em Internet Archive.

Êxito comercial que garante o desenvolvimento de uma elite burguesa, o fortalecimento na cidade das atividades relacionadas ao comércio, bem como sua expansão territorial, com destaque para a zona da Boa Vista, e o estímulo aos melhoramentos materiais capitaneados pela administração pública⁵ ante a

prosperidade da urbe. No entanto, a transferência da corte ao Brasil e a abertura dos portos não apenas altera a dinâmica das relações econômicas do Pacto Colonial, pautada pela constrição do binômio colônia/metrópole, mas também desencadeia toda uma série de transformações na sociedade brasileira a qual reverbera fortemente nos grandes centros urbanos do país, o Recife incluso. Assim, abertos os portos, muitos estrangeiros aportam na cidade para estabelecer negócio ou tentar a sorte nesse promissor Novo Mundo: “imigrantes europeus, mestres e artesãos de todo o tipo, pequenos comerciantes, empregados domésticos e operários especializados”⁶. Trazem consigo seus produtos e serviços, mas também seus hábitos e cultura. Dentre esses imigrantes, destacam-se os franceses, não obstante a presença maciça de capitalistas ingleses interessados nas *commodities* pernambucanas e na venda de produtos de sua indústria a um mercado regional recém-aberto cujo Recife era o vértice, acessado com facilidade devido à conjuntura geopolítica do período.

5 BARRETO, 1994: 43.

6 PONCIONI, 2010: 20.

Em contrapartida, uma “nova camada social para a qual as igrejas já não bastavam como lugar de convívio”⁷ começa a despontar no Recife e a promover uma inflexão no gosto das elites locais, insuflando paulatinamente neste estrato da sociedade novos valores, práticas, objetos de consumo e modos de vida. Novamente, se a presença no comércio de grosso trato era sobretudo britânica, estes certamente influenciando na emergente sociedade do Recife com seus modos, gostos e práticas, a preponderância enquanto referência cultural era da França⁸, um dos grandes centros difusores do mundo ocidental de antanho e país tido por parte do escol localista como sinônimo de civilização⁹. Uma francofilia manifesta, inclusive, “nas maneiras, nas ideias, nas preferências por música, teatro, literatura”¹⁰. “Tudo se quer á Franceza”¹¹, sintetiza o padre Lopes da Gama.

Toda essa ebulição provocada pela abertura dos portos acentua-se com a independência do Brasil em 1822¹², atingindo no final dos anos 1830 uma espécie de paroxismo que exige do Poder Público atuação firme no sentido de promover as infraestruturas voltadas para a modernização da agora província de Pernambuco e a sua adequação aos novos tempos de mercado internacional. Não sem razão, o Recife, sua capital, cada vez mais embalado pelo comércio, pelo aumento da população e, conseqüentemente, pela expansão de seu tecido urbano estará no cerne dessas ações. Apesar dos avanços, havia ainda graves problemas a serem enfrentados para “transformar a velha cidade luso-brasileira numa ‘urbe civilizada’”¹³; a situação dramática das condições sanitárias no

centro da cidade, a regulamentação das novas construções, o alinhamento das ruas, a distribuição de água potável, as grandes áreas alagadas.

7 PONCIONI, *ibidem*.

8 *Ibidem*.

9 PONCIONI, 2010: 21.

10 FREYRE, 1960: 61.

11 GAMA, *VARIÉDADE. Os augmentos do Recife, Carta do Dr. Fagundes a seu compadre matuto*. O Carapeuceiro. Periodico Moral, e só per accidens politico., n.º 59, 22 de outubro de 1842: 2.

12 COSTA, 1984: 146.

13 PONCIONI, 2010: 21.

Neste contexto, Francisco do Rego Barros, presidente da província de Pernambuco no período de 1837 a 1844 e futuro conde da Boa Vista, foi o responsável por implementar uma ambiciosa agenda de transformações e ordenamento do

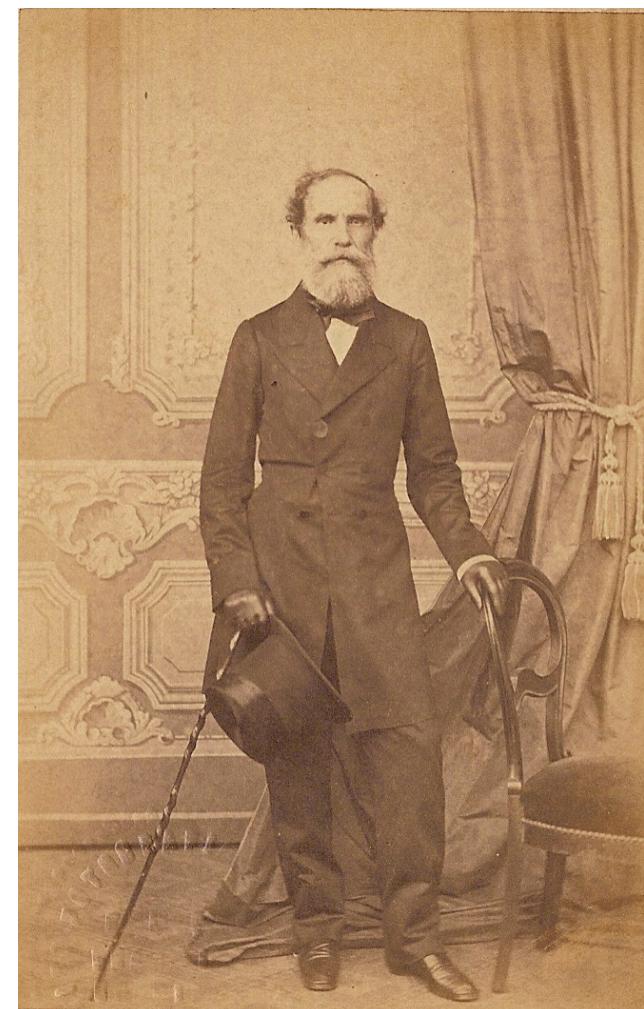


Figura 2. Fotografia de Francisco do Rego Barros, o conde da Boa Vista. Autor: Carneiro & Smith. Sem data. Coleção Francisco Rodrigues. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco. Fonte: Portal Domínio Público.

tecido urbano do Recife. Grande patrocinador político dos eventos os quais se sucederam na cidade, tinha por referência Paris, a “moderna Atenas”¹⁴ de Pereira da Costa, onde residiu no período de 1822 a 1825 e contatou com as novas correntes de pensamento e ideais de progresso que movimentavam o país europeu e se espalhavam por todo o mundo ocidental. Vivenciou os desdobramentos da eclosão da ordem burguesa em seu berço, conheceu a profusão do Neoclássico, testemunhou a superação da velha monarquia absolutista do Antigo Regime por um poder público que passa a se fazer presente e atuante mediante obras de arquitetura, engenharia e urbanismo e viu em pleno funcionamento a monarquia constitucionalista¹⁵, um regime político que parece ter soado ao pernambucano, um conservador, embora progressista, mais adequado ao Brasil do que a república por coadunar transformações pós-revolucionárias e permanências aristocráticas. O impacto da temporada parisiense transformou-lhe profundamente a cosmovisão, ao ponto de buscar a figura de comando de seu projeto modernizador num dos “centros mais adiantados de ciência européia naquela época”¹⁶, a Escola Politécnica de Paris.

14 COSTA, 1882: 387.

15 KARN in TOMAN, 2007: 62-103.

16 FREYRE, 1960: 54.

Por conta disso, desembarca no Recife em 8 de setembro de 1840, contratado pela província de Pernambuco para atuar nas Obras Públicas, Louis-Léger Vauthier, jovem engenheiro francês (tinha vinte e cinco anos), brilhante ex-aluno da Politécnica com aplicação na prestigiosa *École Royale des Ponts et Chaussées* (Escola Real de Pontes e Calçadas), que sem o espaço para atuação em seu país de origem de que se julgava merecedor chega à cidade ávido por aplicar seus conhecimentos técnicos e difundir suas utopias de organização da sociedade através de obras de engenharia. E muito há o que fazer no tocante a projetos urbanísticos, como por exemplo a abertura de estradas e a construção de pontes para a integração territorial e a circulação de mercadorias das áreas produtivas do interior à zona portuária, bem como a elaboração de um projeto urbano completo para servir de base ao plano diretor da cidade¹⁷. Contudo, de todas as intervenções programadas para o Recife, uma empresa se destaca na agenda de Rego Barros para modernizar a cidade: a construção de um teatro público.

A reunião para tratar do assunto dá-se na casa do presidente da província no dia seguinte à chegada de Vauthier¹⁸ e conta com a participação do capitalista e político Francisco Antônio de Oliveira, um dos negociantes de grosso trato envolvidos com as obras públicas por estímulo de Rego Barros¹⁹, forte aliado político deste, patrocinador da agenda modernizadora concebida pelo futuro conde da Boa Vista e, por fim, também diretor da

“comissão administrativa do teatro público nacional”²⁰.



Figura 3. O engenheiro Louis-Léger Vauthier. Sem data. Acervo do Museu da Cidade do Recife.

17 PONCIONI, 2010: 21.

18 VAUTHIER in PONCIONI, 2010: 86.

19 GOMES, 2016: 97.

20 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, *Declaração*, n.º 200, 10 de setembro de 1846: 2.

A reunião para tratar do assunto dá-se na casa do presidente da província no dia seguinte à chegada de Vauthier¹⁸ e conta com a participação do capitalista e político Francisco Antônio de Oliveira, um dos negociantes de grosso trato envolvidos com as obras públicas por estímulo de Rego Barros¹⁹, forte aliado político deste, patrocinador da agenda modernizadora concebida pelo futuro conde da Boa Vista e, por fim, também diretor da “comissão administrativa do teatro público nacional”²⁰.

Para concretizar o ideal de progresso e civilização que mobilizava Rego Barros, era necessário erigir na paisagem cultural da cidade um equipamento em escala monumental e “projetado com requinte, segundo as regras do Neoclássico”²¹, em total sintonia com as vanguardas construtivas mundo afora²². Um teatro, enfim, capaz de conectar a capital da terceira mais importante província do país ao sistema cultural vigente à época e que servisse de espaço não só de fruição artística, mas de uma nova sociabilidade das elites. Assim, inspirado nos mais modernos teatros franceses, considerando as imposições climáticas do Recife²³ e movido pelo desejo de gravar seu nome na história do lugar, Vauthier recorre ao racionalismo de engenheiro formado na Escola Politécnica para a criação do projeto.

21 MOURA FILHA, 2000: 125.

22 TOMAN et al., 2007: 14-229.

23 VAUTHIER, *Correspondências. À PEDIDO*, Diário de Pernambuco, n.º 184, 25 de agosto de 1841: 2.

As canoas iam a toda parte, traziam o açúcar, a água de beber, a madeira, o tijolo, as mudanças, tropas e famílias.” (Gravura de F. H. Carls. 1878. Coleção DEPT.)



Figura 4. Aspecto da versão primitiva do Teatro de Santa Isabel, antes do incêndio de 1869. Gravura: F. H. Carls. [Data: 1860-1869.] Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Fonte: Rede de Arquivos IPHAN.

O resultado é uma arquitetura neoclassicista de feição geométrica, volumetria movimentada e cariz funcionalista onde predominam a simetria, a severidade das fachadas e o uso comedido do vocabulário clássico tradicional, de elementos decorativos e de detalhes elaborados, utilizados para suavizar a sobriedade da composição²⁴. Em outra perspectiva, o “Theatro de Santa-Izabel”²⁵, como é nominado, figura como uma espécie de apoteose de todo o projeto modernizador concebido por Francisco do Rego Barros para o Recife; consagra Vauthier enquanto a força técnico-artística responsável pela transformação da cidade, epítome da vanguarda construtiva; e se impõe como arquitetura notável, dominando a paisagem e difundindo tendências construtivas²⁶.

Tais desdobramentos construtivos e ideológicos intrínsecos ao teatro repercutem na arquitetura doméstica recifense e ecoam com especial vigor no estrato das elites locais que gravitava em torno daqueles que nominamos “agentes da modernização do Recife”²⁷, isto é, Rego Barros, Vauthier e o “Sr. Oliveira”. E é justamente neste contexto histórico que se insere o Solar do Manguinho.

24 SOUSA, 2000: 63.

25 KAPLA, *FOLHETIM. Theatro de Santa-Izabel. A noite de 18 de maio*, A União. Virtus unita crescit., n.º 258, 25 de maio de 1850: 1.

26 SOUSA, 2000: 70.

27 AGUIAR, 2020: 84-107.

Construída entre 1841 e 1844 no Manguinho, território periurbano do Recife marcado pelo verde, pelo ar puro e pelo predomínio dos sítios, num vasto terreno murado repleto de vegetação nominado “Sítio do Manguinho”, a casa solarenga foi concebida para o usufruto do capitalista Herculano Alves da Silva e sua família na época de veraneio. Um verdadeiro cenário de seu estatuto social e palco das sociabilidades que promovia juntamente com a esposa, Annunciada Camilla Alves da Silva, para os membros da elite cidadina em que estavam insertos.



Enquanto arquitetura, o prédio ultrapassa o *estilo colonial* característico das edificações arrabaldinas para descambar no que há de mais moderno e arrojado à altura no Recife: a gramática neoclassicista. Desta forma, tem-se não o velho edifício robusto, *acaçapado*, de linhas horizontais, caiado em branco, arrematado nos beirais por andorinhas. Em seu lugar, impondose na paisagem e dominando sua envolvência, uma edificação longitudinal marcada pela notável sobriedade e regularidade do traço, constituída por dois pavimentos, rés de chão e primeiro andar, claramente definidos por frisos os quais contornam todo o prédio e dividem suas fachadas em painéis inferior e superior. Seu frontispício traz uma novidade em termos de arquitetura doméstica: um pórtico a meia altura com arcada, elemento que confere imponência à frontaria e movimentação à volumetria retangular do prédio²⁸, além de proporcionar um átrio aberto demarcando a entrada principal do edifício. Por outro lado, o terraço formado no piso superior pelo avanço do corpo saliente é delimitado por um parapeito de gradil em ferro forjado com elementos em ferro

28 SOUSA, OLIVEIRA, 2017. [Online]

Figura 5. Pormenor do retrato a óleo de D. Annunciada Camilla Alves da Silva. Atribuído a Cicarelli. Sem data. Acervo particular, depositado no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP. Prova digital do autor. Recife, 27 de fevereiro de 2021.

fundido, um elaborado trabalho das artes aplicadas que circunda e nobilita todo este espaço aparatoso convertido em proscênio do protagonismo social de seus proprietários os quais fazem da paisagem urbana elemento de deleite para a fruição distante, vista de cima. Arrematando a construção, disposta sobre o entablamento, uma platibanda cheia ornamentada nas extremidades por elementos escultóricos, possivelmente alegorias das quatro estações, algo corrente nessas arquiteturas²⁹. Isto posto, é preciso ter em conta as circunstâncias do homem para se jogar luz à figura do comitente e desse modo perceber, para além das questões meramente estilísticas, a dimensão ideológica subjacente ao edifício.

O “Senhor Herculano” era bastante próximo dos agentes modernizadores do Recife, cultivando afinidades socioculturais, políticas e ideológicas com o trio. Tinha excelente trânsito junto a Francisco do Rego Barros, a ponto de a oposição política ao governante aplicar-lhe a pecha de “favorito do Exm. Sr. Presidente da Província”³⁰. Mantinha estreitas relações com Franciso Antônio Oliveira, vínculos sociais tão consolidados que seus filhos Francisco Antônio de Oliveira Júnior e Amélia Augusta Alves da Silva casam-se em cerimônia ocorrida, estimamos³¹, no início dos anos 1850. E igualmente conhecia Vauthier, como atesta uma passagem do diário do engenheiro francês em que este aponta uma contradança com a “Madame Herculano” acontecida no Baile da Sociedade Euterpina que “acabou mal por medo do marido ciumento.”³² Ademais, apesar de não

ser um de seus mais destacados patrocinadores, era um entusiasta dos melhoramentos da cidade, envolvendo-se diretamente com a passagem da tubulação de água da Companhia do Beberibe em direção à freguesia da Boa Vista e com o traço da planta da Soledade na segunda metade dos anos 1840.

29 PRIORI, 2016: 163.

30 SILVA, *Correspondência*. Diário de Pernambuco, n.º 66, 22 de março de 1843: 2.

31 AGUIAR, 2020: 147.

32 VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010: 210.



Figura 6. Estampa “Ponte do Manguinho”, c. 1852. Desenhista: Emil Bauch. [Gravador: F. Kaus.] Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Assim, considerando as circunstâncias do “Senhor Herculano”, o enquadramento do edifício e a erudição de sua arquitetura, enxergamos no Solar do Manguinho muito mais do que “uma casa parecida com o Teatro Santa Isabel”, como o discurso da tradição científica por muito propalou ao deter sua atenção ao invólucro do prédio. Enxergamos, isto sim, a assertiva materialização da consciência de classe da burguesia local e o orgulho de seu proprietário em pertencer ao grupo responsável pela modernização do Recife. Mais ainda, a conjugação desses elementos factuais nos leva a defender a tese de ser, de fato, Vauthier o autor do risco da casa solarenga³³.

A estratificação de todos esses aspectos transversais ao Solar do Manguinho por certo asseguram-lhe grande valor patrimonial nos mais diversos níveis: seja como pioneiro exemplar neoclassicista em termos de arquitetura de habitação na cidade; seja como edifício notável digno de fruição pela comunidade envolvente; seja como vestígio de uma temporalidade do Recife e dispositivo de memória da urbe; seja como rico objeto de estudo a possibilitar a compreensão histórica, urbanística, arquitetônica e sociocultural da capital pernambucana. Um verdadeiro monumento, obra-prima da arte, orgulho dos pernambucanos, como dizia Gilberto Freyre³⁴.

33 AGUIAR, 2020: 190-191.

34 FREYRE in DIÁRIO DE PERNAMBUCO, *Freyre pesquisa Vauthier*, n.º 4, 5 de janeiro de 1982: A-10.

2. Notas historiográficas do Solar do Manguinho enquanto patrimônio (des)protegido

*Poderá a família Tavares manter a casa do Sítio da Cruz no Entroncamento?*³⁵

Com a morte de Herculano Alves da Silva em 25 de dezembro de 1852, todo o complexo do habitar do Sítio do Manguinho é passado para dona Annunciada, que nele reside até 1888, ano de sua morte. Após o seu falecimento, a propriedade é transmitida aos seus netos Manuel Maria Tavares da Silva e José Tavares da Silva, descendentes de Maria Carolina Alves da Silva e de seu esposo, o magistrado Abílio José Tavares da Silva, o que explica a entrada da família a qual marcará a história do prédio no século XX, os Tavares da Silva³⁶, situado agora não mais no Sítio do Manguinho, cuja denominação é mudada para “Sítio da Cruz” devido a uma cruz assentada no muro fronteiro da casa³⁷.

Por sua importância patrimonial, o “casarão dos Tavares da Silva” ou ainda o “solar dos Tavares da Silva”, como era conhecido o Solar do Manguinho no Novecentos, foi tombado pela Diretoria do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (DSPHAN) em conformidade com o Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937³⁸, promulgado por Getúlio Vargas nas primícias do Estado Novo. Do confronto com as fontes, concluímos que o processo de tombamento aberto no ano de 1942³⁹ foi longo e “compulsório”, ou seja, por imposição da DSPHAN independentemente da concordância dos herdeiros do espólio de João Tavares da Silva com a proteção do bem⁴⁰:

35 D'AMORIM in DIARIO DE PERNAMBUCO, *Autoridades Não Poderão Evitar Destruição Das Velhas Casas Do Recife*, n.º 59, 14 de março de 1965: 5.

36 AGUIAR, 2020: 194-195.

37 MENEZES, 2019: 69.

38 PRESIDENCIA DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, *Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937*.

39 IPHAN, *Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em 22/11/2021)*.

40 PRESIDENCIA DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, *Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, Art. 9º*.

*Havendo o Conselho Consultivo dêste órgão da administração pública federal deliberado, em sua reunião de 12 do corrente [março de 1968], inscrever nos Livros do Tombo com fundamento no Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, a construção e o terreno representados pelo lote n.º 1 do projeto de loteamento do imóvel denominado Sítio da Cruz, localizado nesta Cidade do Recife, lote êste integrante do acervo dos bens deixados por João Tavares da Silva, cujo inventário se processa perante êsse douto Juízo, venho solicitar a V. Excia., se digne de dar ciência, através de mandado, da presente notificação ao espólio, na pessoa do Inventariante, para os fins de que tratam os artigos 9º e 10º do citado diploma legal de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional.*⁴¹

Em nível local, o processo de tombamento se deveu em muito à atuação do chefe do 1º distrito do DSPHAN, futuro Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ayrton de Carvalho, grande defensor do patrimônio pernambucano, técnico, segundo o “mestre de Apipucos”, “a quem o Recife deve valiosos esforços a favor da conservação das suas velhas igrejas e dos seus conventos antigos.”⁴² Excertos extraídos da cópia do parecer emitido pelo historiador Gilberto Ferrez acerca da inscrição da casa solarenga nos livros de tomo ratificam o engajamento de Ayrton de Carvalho, trazem notas sobre o “ótimo” estado de conservação da edificação em fevereiro de 1968 e, mais ainda, expõem as tensões inerentes a um processo de proteção do patrimônio transpassado por interesses conflitantes entre si, uma vez que

ladeados às questões de salvaguarda do bem cultural e de sua envolvimento estavam o interesse econômico dos herdeiros dos Tavares da Silva no potencial lucrativo da venda dos lotes do terreno do sítio numa cidade onde o processo de especulação imobiliária já se fazia sentir com força e o interesse público presente na aquisição dos lotes 09 e 10 pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) para a construção de um complexo telemático cuja solenidade de inauguração, por sinal, contaria com a participação do próprio presidente da república:

41 IPHAN, *Processo SEI 01498.001912/2017-73*, [cópia do] *Of. n.º 493*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1968: fl. 5.

42 FREYRE, 2007: 194.

Desde 1942 o Chefe do Serviço do Patrimônio PHAN do 1º Distrito, sediado no Recife, o Dr. Airton de Carvalho vem se batendo denodadamente pelo tombamento do prédio da família Rosa E Silva [sic] (atual Tavares), conhecido também pela denominação de – o sobrado do Sítio da Cruz, na praça do Entroncamento nº 36, no Recife, e respectivo conjunto paisagístico, por ser um esplêndido exemplar de arquitetura solarenga na cidade, do meado do século passado, cujo projeto é atribuído a Luís Vauthier. O seu estado de conservação é ótimo conforme se pode aquilatar pelas fotos inclusas. [...]

O importante é realmente a salva-guarda de tão bela e marcante propriedade, da grande especulação imobiliária que vem destruindo mais e mais edifícios, padrões da arquitetura civil no Recife, do meado do século XIX.

O problema neste momento se apresenta da seguinte maneira: Tõda a propriedade foi retalhada em lotes, sendo que o lote n.º 1, onde se acha o prédio em questão e que, ao meu ver, se deve tomar, está rodeado de 12 lotes. [...]

Infelizmente, desde então os lotes 9 e 10 foram adquiridos pela Cia. Embratel que deverá dentro de um ano inaugurar, com a presença do Presidente da República, um prédio de 5 andares com uma torre metálica de 50 metros, da maior importância para as telecomunicações do país.⁴³

O processo de tombamento do lote n.º 1 é levado adiante pelo Conselho Consultivo do DSPHAN na supracitada reunião de 12 de março de 1968. Conforme documentado no Of. n.º 492, datado de 25 de março de 1968, na ocasião da assembleia, delibera ainda a instituição com vistas à proteção da visibilidade e da ambiência do prédio histórico recomendar a não aprovação de qualquer edificação na faixa corrida de 8 metros de largura aos fundos dos lotes 4 a 13, o não licenciamento de qualquer construção de altura superior à casa solarenga, a adoção de providências para a desapropriação pelos governos estadual ou municipal dos lotes 11 a 13 e, por fim, “a busca por meios de demover a Embratel de construir nos lotes n.ºs 9 e 10 a estação integrante do tronco nordeste do sistema de telecomunicações que projetou para êsses mesmos lotes.”⁴⁴ Na mesma fonte, encontramos a determinação do diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Renato Soeiro, à regional recifense de que se aguarde resposta da Embratel sobre a possibilidade de permuta do local do referido projeto⁴⁵. Eflúvios de esperança são perceptíveis nas entrelinhas.

43 IPHAN, *Processo SEI 01498.001912/2017-73, CÓPIA DO PARECER*, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1968: fl. 13-14.

44 IPHAN, *Processo SEI 01498.001912/2017-73, Of. n.º 492*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1968: fl. 11.

45 IPHAN, *Processo SEI 01498.001912/2017-73, Of. n.º 492*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1968: fl. 12.

O fato histórico, contudo, é que o tombamento do vetusto Solar do Manguinho, em sentido diametralmente oposto ao tempo necessário para protegê-lo, durou pouco. Por meio do Decreto n.º 62.711, de 16 de maio de 1968, promulgado pelo presidente da república, o militar Costa e Silva, o tombamento da casa solarenga foi cancelado por “motivo de interesse público”, ficando a Embratel livre para dar seguimento a seu projeto de construção de um parque de telecomunicações nos lotes que havia outrora adquirido, restando o patrimônio edificado em comento formalmente desprotegido:

Art. 1º. Fica cancelado o tombamento, efetuado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do imóvel designado como lote nº 1 (hum), da Quadra C, do loteamento denominado “Sítio da Cruz”, composto de prédio e respectivo terreno de cerca de 6.000m² [...], o prédio com o nº 36, da Praça do Entroncamento, na Freguesia das Graças, Cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º. Fica a Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL – automaticamente [sic] autorizada a construir nos lotes de terreno de sua propriedade, números 9 (nove) e 10 (dez), da Quadra C, do citado loteamento denominado “Sítio da Cruz”, ambos com frente para a Avenida Agamenon Magalhães, Freguesia das Graças, Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, de acôrdo com a planta constante do processo nº 21.072-68, do Ministério das Comunicações, sem as restrições anteriormente

*impostas pelo tombamento, ora cancelado.*⁴⁶

Desta feita, ficava o prédio histórico vulnerável ao abandono, à descaracterização, ao desaparecimento e à voragem da especulação imobiliária. Não obstante a discussão circulante na imprensa local sobre a preservação dos antigos palacetes e solares recifenses nos anos 1960⁴⁷, o Solar do Manguinho esteve bastante próximo da demolição para a construção de um edifício de apartamentos. O próprio Ayrton de Carvalho, talvez desgastado e desgostoso após todo o imbróglio envolvendo a casa solarenga e convergindo com a manifestação do diretor do Departamento de Planejamento e Fiscalização de Obras da Prefeitura do Recife, o engenheiro Edgar d’Amorim, opina pela possibilidade de derrubada do solar em ofício encaminhado à diretoria-geral do agora IPHAN:

46 PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, *Decreto n.º 62.711, de 16 de maio de 1968*.

47 BAPTISTA, *Esvazia-se a campanha de preservação dos velhos solares*, *Diário de Pernambuco*, n.º 93, 24 de abril de 1966, “Terceiro Caderno”: 3; BARATA, *Planejamento futuro e sítios do Recife*, *Diário de Pernambuco*, n.º 132, 8 de junho de 1967: 4; MOTA, *Paisagens e ruas*, *Diário de Pernambuco*, n.º 18, 24 de janeiro de 1968, seção “Agenda”, “Primeiro Caderno”: 4.

4. *Torna-se oportuno, agora, na verdade, o solicitado pronunciamento; podemos adiantar que o ponto de vista deste 1º Distrito coincide com os termos da Informação prestada pelo professor Edgar Gonçalves d'Amorim, Diretor do Departamento de Planejamento e Fiscalização de Obras da Prefeitura Municipal do Recife, que não vê motivos para ser preservada a casa, já que todo o ambiente em que a mesma se situa foi descaracterizado, esmagada que está pelos altos edifícios de apartamento e da Embratel, construídos na antiga área da casa.*⁴⁸

Se a envolveria do monumento arquitetônico é parte de sua memória histórica e estética formando com ele uma “unidade complexa”⁴⁹, deparamo-nos aqui com a versão extremada dessa perspectiva, a ponto do sacrifício do próprio bem patrimonial por perda de contexto. Todavia, no mesmo expediente, Ayrton de Carvalho pondera sobre a possibilidade de preservação da casa solarenga “apenas, como exemplo do verdadeiro atentado que se verificou contra o patrimônio desta capital”⁵⁰, numa incontestante prova documental da implacável e arrasadora especulação imobiliária balizada pelo “fetichismo da técnica”⁵¹ na cronologia. Especulação imobiliária desdobrada em ações transformadoras do espaço urbano recifense que, sob a égide de uma “má interpretação”⁵² dada ao termo progresso, “negam o caráter da cidade”⁵³, como disse à época o professor José Luiz Mota Menezes. De modo que, no período, constatamos uma fricção entre duas correntes opostas no tocante aos antigos palacetes e solares arrabaldinos. De um lado, os defensores de sua preservação

por questões atreladas ao patrimônio cultural e à memória urbana.

Do outro, os partidários da inevitabilidade de seu arrasamento por inexequibilidade de manutenção dos imóveis por seus proprietários, pela escassez de recursos públicos para a gestão patrimonial e pelas imposições do poder econômico e do ideário de progresso vigente. Neste sentido, as palavras do próprio engenheiro Edgar d'Amorim proferidas já em 1965 dão a medida do embate dessas perspectivas:

*O fim de todas estas casas é a demolição para o terreno ser absorvido por construções ou a ruína progressiva. Não há outro meio. Se o Patrimônio Histórico também-las, elas cairão por falta de recursos. A Prefeitura e o Estado não têm possibilidades em período curto. Não vejo solução a não ser a dada pelas circunstâncias ocasionais.*⁵⁴

49 ALMEIDA, 1998: 22.

50 IPHAN, *Processo SEI 01498.001912/2017-73, ofício n.º 050.75.p*, 4 de junho de 1975: fl. 17.

51 CHOAY, 2010: 25.

52 MENEZES, 1976: 262.

53 *Ibidem*.

54 D'AMORIM in DIARIO DE PERNAMBUCO, *Autoridades Não Poderão Evitar Destruição Das Velhas Casas Do Recife*, n.º 59, 14 de março de 1965: 5.

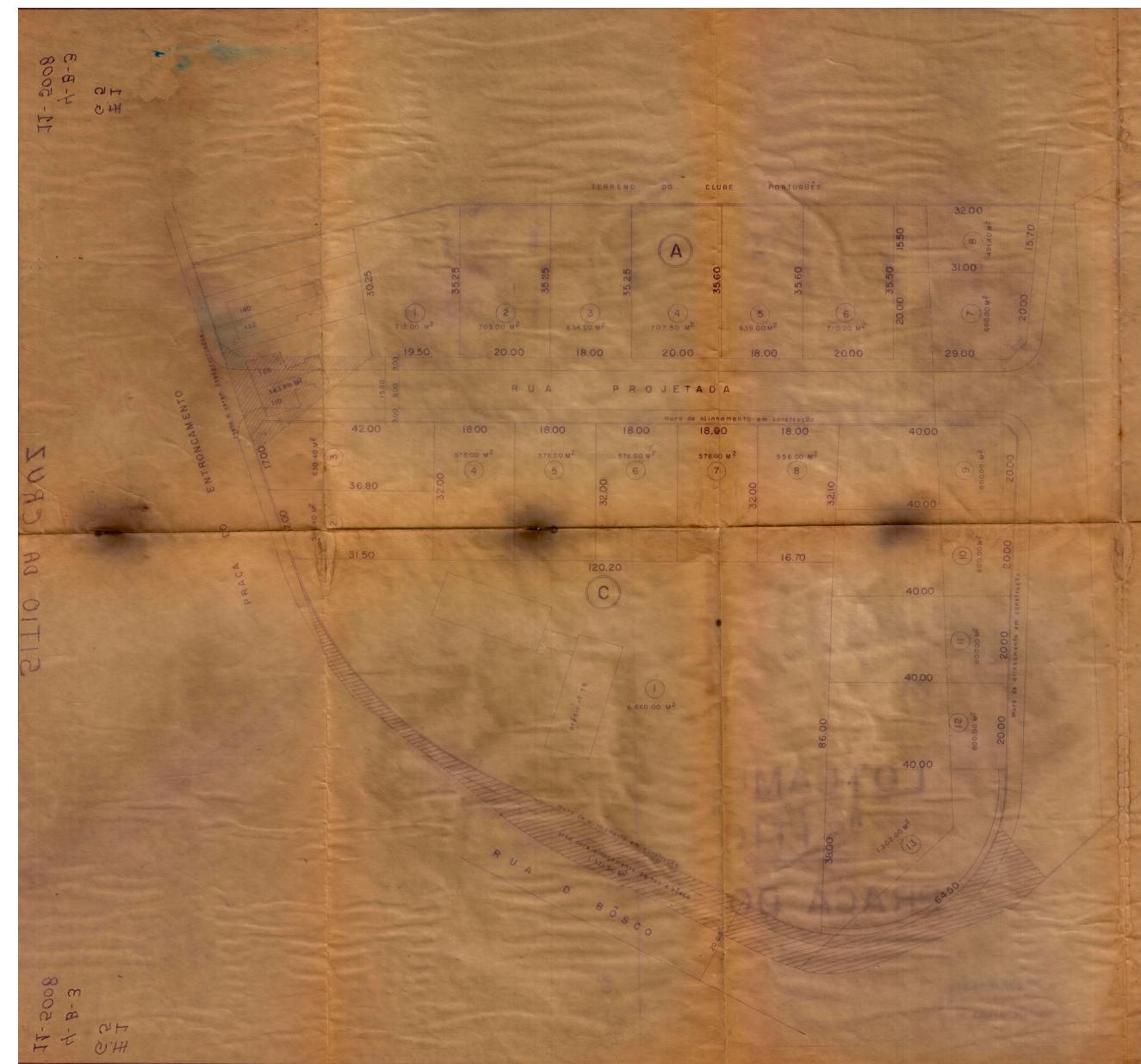


Figura 7. Pormenor do “Loteamento do ‘Sítio da Cruz’ Praça do Entroncamento. ‘Esc: 500’”, 9 de abril de 1968. Fonte: Acervo do IPHAN.

Contudo, no caso em concreto, a *intelligentsia* da cidade não ficou inerte ante a possibilidade de destruição do “tradicional solar do Sítio da Cruz”. Presidindo o Conselho Estadual de Cultura do Estado de Pernambuco, Gilberto Freyre dirige à seccional recifense do IPHAN, endereçado a Ayrton de Carvalho, um apelo pela preservação da edificação por se tratar de uma “reliquia arquitetônica do século XIX”:

Tenho a honra de comunicar a V. S^a que em sessão plenária deste Conselho ontem realizada [11 de maio de 1972] o Conselheiro Valdemar de Oliveira trouxe a notícia de que estava sendo cogitada a demolição do tradicional solar do Sítio da Cruz, na praça do Entroncamento, e a construção em seu lugar de um edifício de apartamentos.

*Tratando-se de uma reliquia arquitetônica do século XIX, deliberou unanimemente o Conselho dirigir-se a V. S^a formulando um apelo a esse Instituto, ao Governo do Estado e à Prefeitura do Recife para que seja resguardado o prédio, tão significativo para a cultura pernambucana.*⁵⁵

Ultrapassando não apenas essa turbulência, mas também um anúncio de venda no fim dos anos 1970 que expôs ao risco de arrasamento a “Magnífica casa c/1.200m² de construção”⁵⁶ para o levantamento de um prédio de apartamentos em seu terreno de 6.000m² ⁵⁷ após sua aquisição por alguma empreiteira; mesmo “com o entorno mutilado por alguns edifícios”⁵⁸; o Solar do Manguinho sobrevive às vicissitudes dos eventos

urbanísticos transcorridos no Recife sem a proteção formal de um tombamento. O que só acontecerá em 1997 com a sanção pelo prefeito da cidade da Lei Municipal n.º 16.284/97, a qual “define os Imóveis Especiais de Preservação - IEP, estabelece as condições de preservação, assegura compensações e estímulos e dá outras providências.”⁵⁹ Com esse normativo, a antiga casa solarenga do “Senhor Herculano” passa a ser o IEP n.º 29, sendo vedada qualquer intervenção que implique demolição, descaracterização de seus elementos originais e alteração da volumetria e da feição da edificação original⁶⁰.

O normativo segue vigente e representa um marco jurídico importante à salvaguarda desta e de tantas outras arquiteturas notáveis incrustadas na hodierna malha urbana recifense.

55 IPHAN, *Processo SEI 01498.001912/2017-73, Ofício n.º 47172-P*, 12 de maio de 1972: fl. 23.

56 DIÁRIO DE PERNAMBUCO, *Classificados*, n.º 148, 3 de junho de 1979: E-6.

57 *Ibidem*.

58 SILVA, 2021: 205.

59 PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, *Lei n.º 16.284/97*.

60 PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, *Lei n.º 16.284/97*, Art. 9º e respectivos incisos.

3. Considerações finais: do prédio público à arquitetura notável

*Conhecer para proteger, pertencer e amar.*⁶¹

Atualmente, a vetusta casa solarenga do “Senhor Herculano” é um prédio público pertencente ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), tendo sido a edificação incorporada à vida institucional do órgão como um anexo onde funcionam algumas unidades administrativas e comissões temporárias no período eleitoral. Todavia, sua relevância histórica, cultural e arquitetônica encontra-se demarcada por placa nominando o prédio “Solar do Manguinho”, conforme proposição efetuada à Alta Administração do tribunal pelo Grupo de Trabalho Solar do Manguinho (GTSM), uma equipe multidisciplinar constituída por meio da Portaria n.º 142/2021⁶² “com vistas à revitalização e à conservação do imóvel”⁶³.

No âmbito do GTSM, foram desencadeadas algumas ações de salvaguarda e difusão do bem patrimonial. Dentre elas estão: a implementação de projeto de jardim na área envolvente dianteira e no espaço confronte à edificação, objetivando o enquadramento da casa solarenga, a valorização de sua fachada e a fruição desse patrimônio edificado, “uma vez que a seção implantada defronte à casa desobstruiu a visualização de sua frontaria, antes prejudicada pelo estacionamento de veículos”⁶⁴;

as intervenções de conservação das fachadas, iniciadas pelo frontispício⁶⁵; a aposição de placas com informações histórico-arquitetônicas sobre o solar no muro em frente ao edifício, à vista dos transeuntes⁶⁶; e a iluminação inicial da frontaria visando à valorização da arquitetura da casa solarenga, já que tal iluminamento confere inesperada visibilidade ao prédio histórico por tirar proveito da conformação do cenário urbano e da “visão serial”, caracterizada “por uma série de contrastes súbitos que têm grande impacto visual e dão vida ao percurso”⁶⁷:

61 Reação de Luana Souto Melo, servidora do TRE-PE e membro do Grupo de Trabalho Solar do Manguinho, à palestra telepresencial “A história do Solar do Manguinho: uma conversa sobre a joia neoclássica pertencente ao TRE-PE” ministrada por este autor em 07 de julho de 2021.

62 Nos termos da portaria, compõem o referido grupo de trabalho, por ordem alfabética, as servidoras e os servidores: Bruno Aguiar, Bruna Barreto Campello, Carlos Eduardo Oliveira, Hélio Santos, João Manoel Henriques, Luana Souto Melo e Márcia Guerra de Melo.

63 TRE-PE, *SEI 0003302-27.2021.6.17.8600, Portaria N° 142/2021 – TRE-PE/PRE/DG/SGP/COPES/SECARE*

64 TRE-PE, *SEI 0003302-27.2021.6.17.8600, Relatório (1605132)*, 28 de agosto de 2021.

65 *Ibidem*.

66 *Ibidem*.

67 CULLEM, 2008: 19.

*Com essa iluminação inicial, dá-se destaque e visibilidade ao solar do Manguinho, outrora encoberto pela noite e “invisível” aos olhos dos passantes, promovendo, assim sua difusão junto à comunidade envolvente. É de se destacar o efeito causado pela iluminação, realçado pelo cenário urbano e pela “cortina verde” proporcionada pelas mangueiras da Praça do Entroncamento, as quais à princípio encobrem a arquitetura para depois, no deslocar-se, descortinar sua frontaria iluminada.*⁶⁸

Longe de encerrar a questão, as ações aqui mencionadas figuram apenas o início de uma série de outras tantas intervenções necessárias à salvaguarda e divulgação do imóvel⁶⁹. Intervenções estas abarcadas, à partida e em linhas gerais, pelo plano de ação plurianual concebido para balizar o andamento dos trabalhos⁷⁰. No entanto, do ponto de vista institucional, as ações já implementadas representam a constituição de uma “cadeia de vontades”, frágil e imprescindível elo para a viabilidade da gestão de qualquer bem patrimonial. No caso do Solar do Manguinho, essa intervenção em cadeia voltada para a difusão do patrimônio edificado suspende o véu da rotina institucional que costumeiramente envolve o prédio público para desvelar a arquitetura notável, inesperada sobrevivente da especulação imobiliária, dispositivo de memória “em uma cidade que se faz esquecer”⁷¹ e possível ponto de articulação entre a sociedade civil e a Justiça Eleitoral pernambucana. “Edifícios e estruturas de épocas distintas enriquecem a experiência dos lugares, mas

também reforçam nosso sentido de pertencimento, de raízes e de cidadania”⁷², afirma o arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa. Nesta perspectiva, o Solar do Manguinho pode transfigurar-se em vértice, lugar da confluência do patrimônio com a cidadania, a memória, a identidade e a pertença. As potencialidades são latentes, e o horizonte, promissor.

68 TRE-PE, SEI 0003302-27.2021.6.17.8600, Relatório (1605132), 28 de agosto de 2021.

69 *Ibidem*.

70 TRE-PE, SEI 0003302-27.2021.6.17.8600, Informação N° 3503 – TRE-PE/PRES/EJE, 22 de fevereiro de 2021.

71 AMORIM *in* JORDÃO, 2019: [9].

72 PALLASMAA, 2017: 119.



Figura 8. Aspecto do Solar do Manguinho na ocasião do primeiro teste da iluminação inicial da frontaria, 7 de julho de 2021. Foto: Eládio Ferreira.

4. Fontes documentais e referências bibliográficas

4.1 Fontes documentais

4.1.1 Documentos impressos

COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1882) – Dicionário biográfico de pernambucanos celebres. Recife: Typographia Universal. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221687> [Acessado em 22/04/2022]

4.1.2 Jornais

BAPTISTA, Márcio Neves, Esvazia-se a campanha de preservação dos velhos solares, *Diário de Pernambuco*, n.º 93, 24 de abril de 1966, “Terceiro Caderno”, pág. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/42541 [Acessado em 22/04/2022]

BARATA, Mário, Planejamento futuro e sítios do Recife, *Diário de Pernambuco*, n.º 132, 8 de junho de 1967, pág. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/50668 [Acessado em 22/04/2022]

DIARIO DE PERNAMBUCO, Declaração, n.º 200, 10 de setembro de 1846, pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/8091 [Acessado em 22/04/2022]

DIARIO DE PERNAMBUCO, Autoridades Não Poderão Evitar Destruição Das Velhas Casas Do Recife, n.º 59, 14 de março de 1965, pág. 5. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/34859 [Acessado em 22/04/2022]

DIARIO DE PERNAMBUCO, Classificados, n.º 148, 3 de junho de 1979, pág. E-6. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/136558 [Acessado em 22/04/2022]

DIARIO DE PERNAMBUCO, Freyre pesquisa Vauthier, n.º 4, 5 de janeiro de 1982, pág. A-10. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_16/38987 [Acessado em 22/04/2022]

GAMA, Lopes da, VARIEDADE. Os aumentos do Recife, Carta do Dr. Fagundes a seu compadre matuto. O Carapuceiro. *Periodico Moral*, e só per accidens político., n.º 59, 22 de outubro de 1842,

pág. 2-4. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/750000/1637> [Acessado em 22/04/2022] KAPLA (pseudônimo), FOLHETIM. Theatro de Santa-Izabel. A noite de 18 de maio, A União. *Virtus unita crescit.*, n.º 258, 25 de maio de 1850, pág. 1-3. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/222658/953> [Acessado em 22/04/2022] MOTA, Mauro, Paisagens e ruas, *Diário de Pernambuco*, n.º 18, 24 de janeiro de 1968, seção “Agenda”, “Primeiro Caderno”, pág. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/56245 [Acessado em 22/04/2022]

SILVA, Herculano Alves da, Correspondencia. *Diário de Pernambuco*, n.º 66, 22 de março de 1843: pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/3941 [Acessado em 22/04/2022]

VAUTHIER, Louis-Léger, Correspondencias. Á PEDIDO, *Diário de Pernambuco*, n.º 184, 25 de agosto de 1841, pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/2020 [Acessado em 22/04/2022]

4.1.3 Normativos

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, Lei n.º 16.284/97. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/1997/1628/16284/lei-ordinaria-n-16284-1997-define-os-imoveis-especiais-de-preservacao-iep-situados-no-municipio-do-recife-estabelece-as-condicoes-de-preservacao-assegura-compensacoes-e-estimulos-e-da-outras->

providencias [Acessado em 22/04/2022] PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, Decreto n.º 62.711, de 16 de maio de 1968. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62711-16-maio-1968-403830-publicacaooriginal-1-pe.html> [Acessado em 22/04/2022]

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf [Acessado em 22/04/2022]

4.1.4 Planilhas eletrônicas

IPHAN, Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em 22/11/2021). Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2021_11_22_CONTROLE_BENS_TOMBADOS.zip [Acessado em 22/04/2022]

4.1.5 Processos e documentos institucionais

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN, Processo SEI 01498.001912/2017-73, [cópia do] Of. n.º 493, Rio de Janeiro, 25 de março de 1968, fl. 5.

IPHAN, Processo SEI 01498.001912/2017-73, [Telegrama enviado por Ayrton de Carvalho à sede do DSPHAN no Rio de Janeiro], 28 de março de 1968, fl. 10.

IPHAN, Processo SEI 01498.001912/2017-73, CÓPIA DO PARECER, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1968, fl. 13-14.

IPHAN, Processo SEI 01498.001912/2017-73, Of. n.º 492, Rio de Janeiro, 25 de março de 1968, fl. 11-12.

IPHAN, Processo SEI 01498.001912/2017-73, Ofício n.º 47/72-P, 12 de maio de 1972: fl. 23.

IPHAN, Processo SEI 01498.001912/2017-73, ofício n.º 050.75.p, 4 de junho de 1975, fl. 17-18.

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

TRE-PE, SEI 0003302-27.2021.6.17.8600, Informação Nº 3503 – TRE-PE/PRES/EJE, 22 de fevereiro de 2021.

TRE-PE, SEI 0003302-27.2021.6.17.8600, Portaria Nº 142/2021 – TRE-PE/PRE/DG/SGP/COPEP/SECARF.

TRE-PE, SEI 0003302-27.2021.6.17.8600, Relatório [1605132], 28 de agosto de 2021.

4.2 Bibliografia

AGUIAR, Bruno Vitorino Silva (2020) – O Solar do Manguinho: uma arquitetura classicista nos arrabaldes do Recife do século XIX. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/131185> [Acessado em 22/04/2022]

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) – Patrimônio: O Seu Entendimento e a Sua Gestão. Porto: Edições ETNOS.

BARRETO, Ângela Maria Maranhão (1994) – O Recife através dos tempos: formação de sua paisagem. Recife: FUNDARPE.

CHOAY, Françoise (2010) – Patrimônio e Mundialização. Évora: Editora Licorne.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1984) – Anais Pernambucanos. Volume 6. (1740-1794). 2ª edição. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.

CULLEN, Gordon (2008) – Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70.

FREYRE, Gilberto (1960) – Um Engenheiro Francês no Brasil. 1º Tomo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra.

FREYRE, Gilberto (2007) – Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife. 5ª edição. São Paulo: Global Editora.

GOMES, Amanda Barlavento (2016) – A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855). Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de mestrado. Disponível em <https://repositorio.>

ufpe.br/handle/123456789/18395 [Acessado em 22/04/2022]

JORDÃO, Fred (2019) – Recife: fotografias. 1986/2018. Fred Jordão. Recife: CEPE.

MENEZES, José Luiz Mota (1976) – O Recife e sua arquitetura. In PEREIRA, Nilo et al. – Um Tempo do Recife. Recife: Editora Universitária, pág. [254]-263.

MENEZES, José Luiz Mota (2019) – Palacetes e Solares dos Arredores do Recife – Passagem da Madalena, Ponte d' Uchoa, Poço da Panela e Apipucos. Recife: Bureau de Cultura.

MOURA FILHA, Maria Berthilde (2000) – O Cenário da Vida Urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX / XX. João Pessoa: Centro de Tecnologia/Editora Universitária/UFPB.

PALLASMAA, Juhani (2017) – Habitar. São Paulo: Editora Gustavo Gili.

PONCIONI, Cláudia (2010) – Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil. Recife: CEPE Editora.

PRIORI, Mary del (2016) – História da gente brasileira. Vol. 02. Império. São Paulo: Leya Editora.

SETTE, Mário (2018) – Arruar: história pitoresca do Recife Antigo. Recife: CEPE Editora.

SILVA, Leonardo Dantas (2021) – Arruando pelo Recife. 2ª edição. Recife: CEPE Editora.

SOUSA, Alberto de (2000) – O Classicismo Arquitetônico no Recife Imperial. João Pessoa e Salvador: Editora Universitária – UFPE e Fundação João Fernandes da Cunha.

SOUSA, Alberto, OLIVEIRA, Antônio Francisco de (2017) – O pórtico saliente com arcos e terraço

na arquitetura oitocentista brasileira. Arqtextos, São Paulo, ano 17, n. 204.03, Vitruvius, maio 2017. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/17.204/6559> [Acessado em 22/04/2022]

TOMAN, Rolf, editor (2007) – Neoclassicismo y romanticismo. Arquitectura, escultura, pintura, dibujo (1750-1848). Barcelona: Ullmann & Könemann.

Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Pernambuco
Av. Rui Barbosa, n.º 320 Recife - PE - CEP: 52011-040
Tel.: (81) 3194-9444
Email: cemel@tre-pe.jus.br

REALIZAÇÃO:

